

## A “emergência” de uma norma para o português de Angola

La «emergencia» de una norma para el portugués de Angola

The ‘emergence’ of a standard for Angolan Portuguese

Ana Alexandra Silva<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2677-0164>

RECEBIDO: Abril, 2025 | ACEITE: Junho, 2025 | PUBLICADO: Julho, 2025

### RESUMO

Angola, como país multilingue que é, tomou o português como língua oficial (após a independência em 1975), mantendo a coexistência com as várias línguas nacionais bantu. As políticas linguísticas privilegiam o português no ensino e na administração, marginalizando as línguas nacionais, o que gera dificuldades pedagógicas, especialmente para crianças que têm essas línguas como maternais. As relações entre o português e as línguas bantu resultaram numa variedade específica do português de Angola, marcada por influências fonológicas, morfossintáticas e lexicais. As investigações linguísticas têm desempenhado um papel fundamental na definição de uma variedade emergente, embora a normatização ainda dependa do reconhecimento institucional e da continuidade da pesquisa descritiva. A Universidade de Évora apoia a formação de investigadores angolanos e desenvolve estudos que valorizam o português de Angola como uma variedade pluricêntrica, enriquecida pelo contexto sociolinguístico e cultural. O português em Angola é visto como língua de unificação e prestígio, chave para mobilidade social, o que tem levado à desvalorização das línguas nacionais, especialmente entre os jovens urbanos. A escola é o principal espaço onde o português se consolida, embora o elevado insucesso escolar seja uma preocupação. A formação docente tem procurado responder a estes desafios, mas ainda há lacunas na valorização do multilinguismo e das línguas nacionais. Assim, a escola é tanto um espaço de reprodução da norma linguística quanto um local onde se transformam as práticas linguísticas e se constroem identidades culturais e sociais.

**Palavras-chave:** norma; português; multilinguismo; variedades

### RESUMEN

Angola, como país multilingüe, adoptó el portugués como lengua oficial (tras su independencia en 1975), manteniendo al mismo tiempo la coexistencia con las diversas lenguas nacionales bantúes. Las políticas lingüísticas favorecen el portugués en la enseñanza y la administración, marginando las lenguas nacionales, lo que crea dificultades pedagógicas, especialmente para los niños que tienen estas lenguas como lengua materna. La relación entre el portugués y las lenguas bantúes ha dado lugar a una variedad específica de portugués angoleño, marcada por influencias fonológicas, morfosintácticas y léxicas. La investigación lingüística ha desempeñado un papel fundamental en la definición de una variedad emergente, aunque la normalización sigue dependiendo del reconocimiento institucional y de la continuación de la investigación descriptiva. La Universidad de Évora apoya la formación de investigadores angoleños y desarrolla estudios que valoran el portugués de Angola como variedad pluricéntrica, enriquecida por su contexto sociolingüístico y

<sup>1</sup> Professora Auxiliar. Universidade de Évora, Portugal. [aasilva@uevora.pt](mailto:aasilva@uevora.pt)

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência UIDB/00707/2025, Portugal.

cultural. El portugués en Angola es visto como una lengua de unificación y prestigio, clave para la movilidad social, lo que ha llevado a la devaluación de las lenguas nacionales, especialmente entre los jóvenes urbanos. La escuela es el principal lugar de consolidación del portugués, aunque preocupa el alto nivel de fracaso escolar. La formación del profesorado ha intentado responder a estos retos, pero sigue habiendo lagunas en la valorización del plurilingüismo y de las lenguas nacionales. Así, la escuela es tanto un espacio de reproducción de la norma lingüística como un lugar de transformación de las prácticas lingüísticas y de construcción de identidades culturales y sociales.

**Palabras clave:** norma; portugués; multilingüismo; variedades

## ABSTRACT

Angola, as a multilingual country, adopted Portuguese as its official language (after independence in 1975), while maintaining coexistence with the various Bantu national languages. Language policies favour Portuguese in teaching and administration, marginalising the national languages, which creates pedagogical difficulties, especially for children who have these languages as their mother tongue. The relationship between Portuguese and the Bantu languages has resulted in a specific variety of Angolan Portuguese, marked by phonological, morphosyntactic and lexical influences. Linguistic research has played a fundamental role in defining an emerging variety, although standardisation still depends on institutional recognition and continued descriptive research. The University of Évora supports the training of Angolan researchers and develops studies that value Angolan Portuguese as a pluricentric variety, enriched by its sociolinguistic and cultural context. Portuguese in Angola is seen as a language of unification and prestige, key to social mobility, which has led to the devaluation of national languages, especially among young urbanites. School is the main place where Portuguese is consolidated, although the high level of school failure is a concern. Teacher training has tried to respond to these challenges, but there are still gaps in the valorisation of multilingualism and national languages. Thus, the school is both a space for reproducing the linguistic norm and a place where linguistic practices are transformed and cultural and social identities are constructed.

**Keywords:** standard; Portuguese; multilingualism; varieties

## 1. INTRODUÇÃO

Angola é um país multilingue onde o português foi instituído como língua oficial, convivendo com diversas línguas nacionais de origem bantu, sendo as mais faladas Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote e Nganguela<sup>2</sup>. Desde a declaração de independência, em 1975, o português manteve-se como principal meio de instrução e comunicação formal no país. As políticas públicas pareciam privilegiar um único idioma e as reformas coloniais e pós-independência seguiram uma orientação monolingué. Como observam Souza e Sacalembe (2024), tais políticas procuraram “hegemonizar a língua portuguesa e desvalorizar as diferentes línguas nacionais”, relegando-as a um lugar “inferiorizado e marginalizado” (Souza e Sacalembe, 2024: 339). Na prática, essa imposição do português em contextos educacionais e sociais entra em conflito com a diversidade linguística de Angola. Muitas crianças angolanas têm línguas nacionais como L1 (sobretudo em áreas rurais), pelo que o confronto entre língua materna e língua escolar tem sido associado a

---

2

<https://governo.gov.ao/angola/provincias#:~:text=A%20moeda%20oficial%20é%20o,Kwanyama%2C%20Nhaneca%2C%20Fiote%20e%20Nganguela>

dificuldades de aprendizagem e altas taxas de reprovação escolar (Silva 2024; Simões 2020). Tal quadro permanece ainda pouco documentado pela pesquisa local, que privilegia análises normativas das políticas linguísticas em detrimento de estudos descritivos sobre o uso efetivo das línguas nacionais na sociedade angolana.

No contexto angolano, persiste uma complexa indefinição terminológica entre os conceitos de “língua”, “dialeto” e “grupo etnolinguístico”, dificultando abordagens consensuais sobre a diversidade linguística nacional. Embora o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (antigo Instituto de Geodesia e Cartografia) identifique dez línguas principais — Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Herero, Kikongo, Kwanyama, Ngangela, Nyaneka-Humbi, Oshindonga e San — o número efetivo de línguas e variantes faladas no território é consideravelmente mais elevado. De acordo com o *Ethnologue*<sup>3</sup>, Angola tem uma população estimada de mais de 35 milhões de pessoas, sendo o lar de 43 línguas indígenas vivas. Regista-se também a extinção de uma língua indígena e a existência de quatro línguas vivas não indígenas. Esta realidade reflete a riqueza do multilinguismo em Angola, mas também a dificuldade de delimitar fronteiras linguísticas rígidas num espaço marcado por contínuos dialetais e práticas de bilinguismo funcional. O português, enquanto língua oficial e de ensino, coexiste com estas línguas nacionais, num processo de contacto linguístico intenso que tem contribuído para a formação de uma variedade do português — marcada por traços fonológicos, morfossintáticos e pragmáticos influenciados pelas línguas locais. Este fenómeno de contacto não apenas configura a identidade linguística angolana, mas também desafia as políticas linguísticas centradas em modelos normativos e excludentes.

A língua portuguesa desempenhou — e continua a desempenhar — um papel central na consolidação da unidade nacional angolana, funcionando como elemento integrador no seio da diversidade étnica, cultural e linguística que caracteriza o país. Esta função unificadora resulta de uma opção política deliberada, adotada desde o período pós-independência, com o objetivo de garantir a coesão territorial e identitária da nação. Não obstante, importa questionar em que medida o português é, de facto, a única língua ou a língua materna de grande parte dos cidadãos angolanos. Em grande parte do território, sobretudo em zonas rurais, as línguas nacionais permanecem como primeiros sistemas de aquisição linguística, enquanto o português é frequentemente adquirido como segunda língua, no contexto escolar ou urbano. Tal realidade evidencia a complexidade do panorama linguístico nacional e desafia a ideia de uma homogeneidade linguística sustentada exclusivamente pela oficialidade do português.

Apesar de os dados estatísticos oficiais sobre a aquisição do português como única língua ainda serem limitados, estudos empíricos demonstram que há uma tendência crescente, sobretudo entre as gerações mais jovens em contextos urbanos, para o uso exclusivo do português. Um exemplo elucidativo encontra-se na cidade do Lubango: em 2011, numa turma de 30 alunos da 11.ª classe do Colégio “O Sol” (com idades entre 14 e 16 anos), apenas um estudante falava, com dificuldade, uma língua nacional (o Nyaneka). No Colégio “Amigos do Saber”, dos 35 alunos da 10.ª classe, apenas dois falavam o Nyaneka com dificuldades e três comunicavam em Umbundu. Já no ISCED do Lubango, entre os 40 alunos do curso de Linguística/Português do 1.º ano (com idades entre os 20 e os 42 anos), somente 21 afirmaram falar alguma língua nacional, sendo que vários deles indicaram um domínio apenas mediano (cf. Marçalo, Adriano & Nhatuve, 2013: 247-248).

---

<sup>3</sup> <https://www.ethnologue.com/country/AO/>

Estes dados revelam não apenas o avanço do português como língua dominante em certos meios, mas também a relativa retração das línguas nacionais, sobretudo nos centros urbanos. Tal fenómeno evidencia uma reconfiguração das práticas linguísticas em Angola, que exige uma reflexão crítica sobre as implicações culturais, identitárias e pedagógicas do avanço do monolinguismo oficial por oposição ao multilinguismo do país.

## **2. METODOLOGIA**

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa e descritiva, centrada na análise, por um lado, de investigações realizadas entre 1988 e 2024 sobre o português falado em Angola e, por outro, em teses de doutoramento realizadas no âmbito do Programa de Doutoramento em Linguística da Universidade de Évora, entre 2014 e 2025, cujos objetos de estudos incidem sobre o português falado em Angola. A seleção do corpus baseou-se na relevância científica dos trabalhos para a descrição da variedade angolana do português, abrangendo investigações que exploram fenómenos fonéticos, morfossintáticos, lexicais, discursivos e pragmáticos.

As metodologias empregues nos estudos analisados são diversificadas e ajustadas à natureza dos fenómenos em observação. Destacam-se, entre elas: a análise de corpus (oral e escrito), recolhido junto de falantes angolanos, com o objetivo de identificar padrões linguísticos recorrentes; a aplicação de testes de produção induzida e julgamentos de gramaticalidade, realizados com estudantes do ensino secundário e superior; a realização de entrevistas e inquéritos sociolinguísticos, para recolher dados sobre atitudes linguísticas e formas de tratamento; levantamentos lexicológicos e etimológicos, centrados na integração de vocábulos de origem bantu no português angolano; e estudos de natureza historiográfica e lexicográfica, dedicados à toponímia e à formação de gentílicos.

A diversidade metodológica reflete a pluralidade dos objetos de estudo e permite a triangulação de dados, assegurando uma abordagem robusta e multifacetada. A análise dos trabalhos seguiu critérios de pertinência temática, rigor científico e contributo empírico e descritivo para a caracterização da variedade angolana do português.

A diversidade metodológica reflete, assim, a multiplicidade de objetos de estudo e permite uma triangulação dos dados que fortalece a tese defendida, ou seja, o papel do português enquanto língua de unificação nacional, funcionando como “língua de todos” e possibilitando a comunicação entre indivíduos de diferentes grupos étnicos e linguísticos. A análise seguiu critérios de pertinência temática, rigor científico e contributo efetivo para a compreensão e definição de uma possível norma endógena do português angolano.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 O papel da investigação na definição da norma emergente do português de Angola**

A definição de uma norma emergente do português falado em Angola tem sido um dos principais desafios da investigação linguística nacional nos últimos anos. O reconhecimento do português como língua oficial, contrastando com a realidade multilingue do país, gerou a necessidade de estudar a variedade local desta língua, marcada por fenómenos de contacto linguístico e reconfigurações estruturais. Neste cenário, diversos investigadores têm contribuído com estudos fundamentais que permitem delinear características próprias do português de Angola e refletir sobre a sua normatização/normalização.

O trabalho pioneiro de Agnelo Carrasco (1988), intitulado "Subsídios para o estabelecimento da norma do português em Angola", representa uma das primeiras tentativas sistemáticas de descrever as especificidades linguísticas emergentes no uso do português em Angola, com o objetivo de propor uma norma linguística mais adequada à realidade sociolinguística do país.

Em 2000, Amélia Mingas publica "Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda", onde analisa os traços fonológicos, lexicais e sintáticos resultantes do contacto entre o kimbundu e o português, mostrando como este fenómeno contribui para a variação do português urbano na capital.

Dois anos depois, Agnela Barros (2002), em "A situação do português em Angola", apresenta um panorama mais amplo, destacando a coexistência de línguas nacionais e o papel do português como língua de escolarização, comunicação formal e instrumento de mobilidade social, reforçando a complexidade do ecossistema linguístico angolano.

A análise morfossintática ganha destaque em "Dinâmica da pronominalização no português de Luanda" de Maria Helena Miguel (2003), que investiga usos inovadores de pronomes pessoais, refletindo padrões de reestruturação sintática influenciados por línguas bantu.

Em 2006, António da Costa publica "Ruturas estruturais do português e línguas bantu em Angola", explorando a influência das línguas africanas na estrutura sintática do português, particularmente na ordem dos constituintes e nas estratégias de focalização.

Cristiana Bento (2010), com o estudo "Contributos para uma caracterização linguística do luandense", debruça-se sobre a variedade urbana da capital, identificando fenómenos fonológicos e morfossintáticos característicos da fala informal de Luanda.

No campo do léxico, Teresa da Costa (2013), em "Os empréstimos das línguas bantu no português falado em Angola", analisa a integração de vocabulário bantu, revelando como o português de Angola se apropria e adapta elementos de outras línguas locais.

Paulino Soma Adriano (2014) contribui com "Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola: Divergências em relação à norma europeia", onde são discutidas variações estruturais que desafiam a norma-padrão portuguesa, sustentando a existência de uma norma emergente local.

Em 2015, Márcio Undolo apresenta "Caraterização da norma do português em Angola", uma tentativa abrangente de consolidar traços comuns do português de Angola a partir de dados empíricos, apontando para a necessidade de reconhecimento institucional da variedade.

Em 2016, Daniel Sassuco publica "13 pistas essenciais para um português de Angola", um ensaio que sintetiza características fonéticas, léxicas e gramaticais do português de Angola, propondo uma valorização desta variedade como legítima e funcional.

Afonso Miguel (2019), em "Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no português oral de Luanda", estuda os mecanismos através dos quais termos bantu são adaptados ao sistema fonológico e morfológico do português, revelando padrões consistentes de adaptação linguística.

Por fim, o trabalho recente de Jeremias Pessela (2024), "As Construções Dativas no Português Angolano", analisa construções sintáticas dativas, evidenciando estruturas divergentes da norma europeia e reveladoras de um uso estabilizado e característico do português naquele espaço geográfico.

Estes contributos, tomados em conjunto, demonstram que a descrição e análise linguística têm desempenhado um papel essencial na identificação dos contornos da variedade angolana do português. A consolidação de uma norma linguística local depende não só do reconhecimento institucional, mas também do aprofundamento contínuo da investigação científica, que deve refletir a realidade sociolinguística complexa e em constante transformação de Angola.

### **3.2 A Universidade de Évora e a investigação linguística na consolidação da norma angolana**

A Universidade de Évora, fundada em 1559 por iniciativa do Cardeal D. Henrique, é uma das mais antigas instituições de ensino superior em Portugal. Localizada na cidade de Évora, classificada como Património Mundial pela UNESCO em 1986, a universidade combina uma rica herança histórica com uma abordagem contemporânea ao ensino e à investigação. A universidade fechou em 1779, mas foi reaberta em 1973, consolidando-se como um centro académico de excelência no sul do país.

No âmbito das Ciências Humanas e Sociais, a Universidade de Évora destaca-se pelo seu Programa de Doutoramento em Linguística, oferecido através do Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA). Este programa, com uma duração de 240 ECTS distribuídos por oito semestres, abrange diversas especialidades, incluindo Linguística Aplicada, Sociolinguística, Linguística Portuguesa e Linguística Histórica. A formação doutoral é orientada para a investigação avançada, promovendo estudos que exploram fenómenos de variação linguística, contacto de línguas e políticas linguísticas em contextos lusófonos.

A Universidade de Évora afirma-se como uma instituição-chave na investigação linguística e formação avançada de investigadores angolanos, cujos trabalhos de doutoramento têm contribuído para a descrição e análise da norma emergente do português falado em Angola. Estes estudos têm explorado aspetos estruturais, fonológicos, morfossintáticos e pragmáticos do português de Angola, promovendo uma abordagem científica que valoriza a diversidade linguística e cultural do espaço lusófono.

O conjunto de estudos académicos que a seguir se apresentam visa contribuir para a compreensão da variedade de Angola da língua portuguesa a partir de múltiplas perspetivas: fonética, morfossintática, semântica, sociolinguística, lexicológica, didática e onomástica. Trata-se de investigações realizadas em contexto universitário, entre 2014 e 2025, com a finalidade de descrever as especificidades do português falado e escrito em Angola, bem como os fatores que influenciam a sua evolução.

As metodologias adotadas nestas obras são diversificadas e adequadas à natureza dos fenómenos linguísticos analisados. Em geral, os estudos baseiam-se em abordagens qualitativas, quantitativas ou mistas. Algumas investigações privilegiam a análise de corpus — constituídos por textos orais ou escritos produzidos por falantes angolanos — como ocorre nos estudos sobre formas de tratamento, operadores discursivos, variação verbal e conectores semânticos. Outras adotam técnicas experimentais, como testes de produção induzida e julgamentos de gramaticalidade, para captar o desempenho linguístico em contextos controlados, nomeadamente no uso do modo conjuntivo ou na distinção de tempos verbais. Muitos dos trabalhos exploram o cruzamento entre dados linguísticos e variáveis extralinguísticas (como idade, escolaridade, contexto social), com base em métodos da sociolinguística variacionista. Há também estudos de carácter histórico-descritivo, como os

dedicados à toponímia, aos *quimbundismos* e à influência lexical do kimbundu, que mobilizam métodos da lexicologia e da historiografia linguística.

No seu conjunto, estas pesquisas revelam o esforço crescente da academia angolana em descrever, valorizar e compreender o português como língua pluricêntrica em contacto com as línguas nacionais. A produção científica apresentada fornece não só dados empíricos sobre o uso do português em Angola, mas também fundamentos para pensar políticas linguísticas, práticas pedagógicas e o eventual reconhecimento de uma norma angolana emergente.

**Paulino Soma Adriano – Tratamento morfosintático de expressões e estruturas frásicas do português de Angola (2014):** Nesta tese de doutoramento analisa-se o tratamento morfosintático de construções frásicas do português de Angola, destacando as divergências em relação à norma europeia. Partindo de exemplos reais, Adriano identifica formas sintáticas frequentes em Angola que se desviam do padrão europeu e discute as suas implicações para a política linguística no país. O estudo contribui para a caracterização das regularidades da variedade angolana, evidenciando fatores de variação inerentes ao contacto linguístico local.

**Márcio Undolo – Caracterização da norma do português em Angola (2015):** Esta investigação assume que em Angola estaria em formação uma norma própria do português, afastada da variante europeia. Undolo analisa sistematicamente aspetos fonético, morfosintático e lexical da variedade angolana, concluindo que coexistem no país duas normas: a norma culta real (variedade nacional) e a norma padrão ideal (baseada no português europeu). Os resultados mostram um afastamento significativo entre a norma culta angolana e a norma europeia, sugerindo tendências de institucionalização de uma norma padrão angolana própria. O estudo utilizou levantamento bibliográfico e análises comparativas para fundamentar esta caracterização normativa.

**João Muteteca Naege – Da norma à variação: estudo de caso sobre o uso do conjuntivo no Português de Angola, especificidades do ensino superior (2018):** Esta dissertação foca o uso do modo conjuntivo no português falado em Angola, observando como ele se distancia progressivamente da norma do português europeu. A autora analisa dados de falantes angolanos (no ensino superior) mediante testes de produção induzida e julgamentos de gramaticalidade. Os resultados revelam que certas formas conjuntivas usadas pelos angolanos são raramente reproduzidas por falantes de Portugal, evidenciando variação e mudança linguística natural no português de Angola. O trabalho mostra que padrões sistemáticos de uso refletem diferenças normativas internas, reforçando a necessidade de políticas que valorizem as línguas nacionais e considerem estas especificidades.

**Albano Agostinho Eduardo – Aquisição do português língua segunda no contexto da escola angolana (2019):** Este estudo analisa a aquisição do português como língua segunda por alunos angolanos, abordando desafios da didatização da norma europeia num contexto multilingue. Eduardo argumenta que a aprendizagem é complexa quando o aluno tem bases linguísticas diversas, o que origina “desvios” e até a formação de sistemas híbridos distintos das línguas materna e alvo. Foca-se sobretudo na escola de formação de professores da Lunda Norte, comparando estruturas internas (ex. sintagma nominal) do *cokwe* e do português para avaliar as variações aí presentes. Através de um teste de produção induzida junto de estudantes do 1.º e 2.º ano, diagnostica-se o nível de proficiência e observam-se contrastes entre o português ensinado e a variedade emergente. O contributo deste trabalho reside na identificação dos fatores didáticos e sociolinguísticos que orientam a estabilização futura da



variedade angolana, bem como na reflexão sobre que “português” deve ser ensinado em Angola.

**David Jorge Suelela – Complementação finita no português de Angola: para uma gramática da frase (2019):** Tese de doutoramento em que se descreve a complementação oracional finita (orações subordinadas) na variedade angolana do português, segundo a abordagem funcionalista francesa e espanhola. A análise baseou-se num corpus de imprensa angolana para propor uma gramática da frase adaptada ao contexto local. Suelela atesta instabilidades específicas da norma angolana, como variação livre na posição dos clíticos, omissão da preposição “de” em completivas pronominais, uso do indicativo em contextos “irreais” e ausência de restrições temporais no conjuntivo. Estas constatações evidenciam que o português de Angola difere estruturalmente do português europeu em fenómenos do quotidiano e documentam padrões sintáticos emergentes na variedade do país, apontando para uma futura descrição normativa própria.

**Hermenegildo Pinto – Avaliação do nível de proficiência linguística: um estudo de caso com estudantes da disciplina de Português II do curso regular ESPB (2020):** Nesta investigação, Pinto avalia as razões das dificuldades sintáticas dos alunos da disciplina de Português II, da Escola Superior Pedagógica do Bié. Por meio de pesquisa exploratória, concluiu-se que o nível de proficiência linguística dos materiais didáticos utilizados se encontra acima do nível de proficiência real dos alunos. Tal desfaseamento gera lacunas de aprendizagem, pois o português usado no ensino assume pressupostos não alcançados pelos estudantes. A análise inclui revisão teórica da proficiência linguística (incluindo o Quadro Europeu Comum de Referência) e diagnóstico qualitativo dos estudantes, sustentado em teorias linguísticas clássicas. Como contributo, Pinto propõe alinhar as competências linguísticas dos alunos com o nível de ensino, de modo a reduzir a assimetria entre a norma culta proposta e a proficiência efetiva na população escolar.

**António Kingui Silva – Formas de tratamento no português de Angola. Estudo sociolinguístico (2020):** Esta tese de doutoramento descreve as formas de tratamento (“você”, “o/a senhor(a)”, etc.) na variedade angolana, do ponto de vista da sociolinguística variacionista. Inspirado em Labov e em Silva & Osório (2008), o autor investiga como fatores linguísticos e extralinguísticos condicionam a escolha de tratamento nominal, pronominal ou misto entre os falantes angolanos. Metodologicamente aplicou análise quantitativa (SPSS) a dados recolhidos junto de falantes de diversas idades e contextos em Angola. O trabalho mapeia, assim, as tendências atuais de variação nas formas de tratamento, identificando as condições sociais (ex. idade, educação) que influenciam o uso de “você” versus “o/a senhor(a)” e outras formas. Contribui para a compreensão de como valores sociais intrínsecos ao país podem moldar a prática linguística angolana e fornece subsídios sociolinguísticos para o ensino e a norma na área dos pronomes de tratamento.

**Victoriano Armindo – O contributo do Kimbundu no português em Angola (aspectos lexicais) (2020):** Dissertação que investiga a influência do kimbundu – língua bantu presente em Luanda e arredores – no léxico do português de Angola. O autor estuda historicamente o contacto prolongado entre uma língua latina (português) e uma ou mais línguas bantu (com destaque para o kimbundu), mostrando como daí resultou uma variedade de português marcada por empréstimos mútuos. Verifica-se que o português incorporou vocábulos kimbundu adaptados lexicalmente, e que o kimbundu adaptou formas portuguesas para designar novos



conceitos. Esses processos de empréstimo recíproco tiveram efeitos fonológicos, morfológicos e sintáticos no português local. Com uma metodologia historiográfica e linguística, Armindo documenta diversos vocábulos com raiz kimbundu no português de Angola e as transformações decorrentes. O estudo ilumina a via de contato que moldou o léxico angolano e reforça que a língua portuguesa em Angola é enriquecida (e modificada) pela presença africana, contribuindo para entender a constituição de unitários léxicos genuinamente angolanos.

**Jesus Silva – Operadores de sequencialização do discurso. Estudo de caso nos relatórios de fim de curso no Instituto Médio Politécnico Pascoal Luvualu (2021):** Este trabalho analisa o uso de operadores de sequencialização (conectores argumentativos como “e”, “depois”, “então” e outros) em relatórios finais de curso de alunos do ensino secundário em Luanda. Abordando-os de um ponto de vista semântico-pragmático, a pesquisa qualitativa (com um complemento quantitativo) examinou discursos de alunos para avaliar o seu domínio dos operadores textuais e seu nível de proficiência linguística. Os projetos de fim de curso dos alunos evidenciaram dificuldades de coesão/coerência no discurso; a análise detalhada dos relatórios mostrou em que medida esses estudantes conhecem e usam esses operadores para encadear ideias. Como contributo, o estudo fornece um diagnóstico do nível funcional dos alunos na estruturação sequencial do discurso e sugere diretrizes para reforçar o ensino explícito dos conectores textuais na sua formação.

**Júlio Canhinguquine – Relações semânticas das conjunções “e”, “mas”, “portanto” e “quando” em textos de opinião de alunos universitários angolanos (2021):** Nesta tese, o objetivo é descrever os significados funcionais das conjunções mencionadas nos textos de opinião de estudantes universitários. O autor recorre a gramáticas normativas e descritivas do português, bem como a estudos de linguística textual, e adota um método misto (qualitativo e quantitativo) com pesquisa bibliográfica e análise de corpus de textos de alunos. Os resultados mostram que, além dos valores semânticos canónicos (aditivo para “e”, adversativo para “mas”, conclusivo para “portanto”, temporal para “quando”), essas conjunções podem assumir novos valores no discurso dos alunos angolanos – por exemplo, “e” surgindo como adversativo ou conclusivo, “mas” como aditivo, “portanto” como reformulador, “quando” com valor condicional, causal ou contrastivo. O estudo contribui para a compreensão de como conectores clássicos funcionam em contexto genuinamente angolano, revelando uma flexibilidade semântica que tem implicações para a análise da coerência textual nos textos produzidos pelos estudantes.

**José Gabriel Ganga – O pretérito perfeito e imperfeito do indicativo: contributo para o estudo do verbo em Angola (2022):** O autor descreve as dificuldades dos falantes angolanos em distinguir o uso dos tempos verbais pretérito perfeito e pretérito imperfeito do indicativo. A pesquisa avalia competências e desempenhos linguísticos de alunos e professores de nível médio e superior, através de análises de textos narrativos e descritivos onde aparecem esses tempos verbais. Ganga caracteriza o paradigma verbal em foco, considerando aspetos morfológicos e sintático-semânticos, e examina semelhanças e divergências no uso desses tempos em Angola. Observa que o uso indiferenciado do perfeito e do imperfeito (quando um tempo é usado no lugar do outro) pode indicar escolhas aleatórias ou transferências específicas. Este estudo aporta ao conhecimento do sistema verbal angolano ao evidenciar

como a variação aspetual é utilizada pelos falantes, sublinhando a consciência (ou falta dela) que têm dessas distinções temporais no uso do verbo.

**Jeanine Silveira – Subsídios para o estudo da toponímia angolana: a formação dos adjetivos pátrios e gentílicos (2022):** Nesta tese investiga-se a origem e formação dos adjetivos denominativos de lugar (gentílicos) em Angola. Baseada em análise linguística de topónimos angolanos, a autora aplica métodos taxionómicos internacionais (p.ex., Dick et al.) e tradições lusófonas de Vasconcelos, Fernandes e Raposo. Estuda-se como motivações semânticas e históricas (invasões, trocas comerciais, influências culturais, geografia) moldaram a toponímia angolana ao longo do tempo. Identificam-se traços resultantes do contacto linguístico, como adaptações fonéticas e morfológicas nas designações de lugares devido às línguas bantu e as tentativas de harmonização linguística respeitando a etimologia original. O trabalho foca ainda a formação dos adjetivos pátrios de cada província angolana segundo critérios. Deste modo, Silveira recupera a história dos nomes de lugar e mostra como foram construídos os gentílicos correspondentes, oferecendo subsídios lexicológicos que ajudam a sistematizar a onomástica angolana e facilitam o estudo da sua toponímia.

**Domingos Pascoal – Para um estudo dos quimbundismos no português de Angola: contribuições lexicológicas e lexicográficas (2025):** Esta tese investiga os “quimbundismos” – unidades léxicas de origem kimbundu integradas no português de Angola. O autor realiza um levantamento exaustivo desse léxico já assimilado na norma angolana e analisa os processos de incorporação para elaborar um glossário preliminar. O estudo situa-se em Luanda, por apresentar uma maior diversidade sociolinguística e inclui quimbundismos recolhidos por inquérito, literatura, conversas quotidianas, rádio e televisão. No domínio da lexicologia, são utilizados conceitos de semântica, morfologia, fonologia, sintaxe e história da língua para descrever como o português digeriu estes vocábulos: por ex., a adição de sufixos, a alteração fonética ou adaptações de significado. O contributo é duplo: lexicológico, ao documentar e definir sistematicamente os *quimbundismos* e seus equivalentes; lexicográfico, ao fornecer entrada básica para futuros dicionários do português de Angola. Com isso, Pascoal enfatiza a importância da influência do *quimbundu* no património léxico angolano e sublinha a convergência entre idiomas no contexto colonial, enriquecendo a variedade local.

Tabela 1: Contributos da investigação para a constituição de uma norma do português de Angola (resumo)

Nº	Autor e Ano	Área/Foco principal	Metodologia	Contributo para a norma do português de Angola
1	Paulino S. Adriano (2014)	Morfossintaxe	Análise de corpus	Identifica estruturas fráscas divergentes da norma europeia.
2	Márcio Undolo (2015)	Variedade linguística	Análise sociolinguística e textual	Propõe parâmetros para descrever a norma angolana emergente.
3	João M. Naege (2018)	Morfossintaxe/variação	Estudo de caso, análise linguística	Destaca variações e dificuldades relacionadas com o uso do modo conjuntivo.
4	Albano A. Eduardo (2019)	Aquisição de L2 / Ensino	Estudo empírico com alunos	Mostra o papel da escola na aquisição do português como L2.
5	David J. Suelela (2019)	Sintaxe	Análise linguística formal	Propõe uma descrição gramatical contextualizada.
6	Hermenegildo K. Pinto (2020)	Avaliação linguística	Testes de proficiência	Avalia competências linguísticas em ambiente universitário.
7	António K. Silva	Sociolinguística/pragmática	Entrevistas e	Regista variantes de tratamento

Nº	Autor e Ano	Área/Foco principal	Metodologia	Contributo para a norma do português de Angola
	(2020)		análise contextual	utilizadas em contextos sociais.
8	Victoriano Armindo (2020)	Lexicologia/Contacto linguístico	Análise lexical e etimológica	Documenta empréstimos do kimbundu no português de Angola.
9	Jesus Silva (2021)	Discurso escrito / coesão textual	Análise de relatórios escolares	Aponta o uso de conectores no discurso académico.
10	Júlio Canhinguine (2021)	Semântica textual	Análise semântica	Classifica e interpreta usos de conjunções por estudantes.
11	José G. Ganga (2022)	Morfologia verbal	Análise gramatical e comparativa	Documenta variações no uso dos tempos verbais.
12	Jeanine Silveira (2022)	Onomástica / morfologia	Análise lexical e morfológica	Sistematiza regras para formação de gentílicos e topónimos.
13	Domingos Pascoal (2025)	Lexicografia/Contacto linguístico	Levantamento lexicológico	Contribui para o dicionário do português de Angola.

Fonte: elaboração própria do autor a partir de dados da pesquisa.

### 3.3. Português: língua de todos

No contexto da vasta diversidade cultural e linguística que caracteriza Angola, o português desempenha um papel central enquanto língua de unificação nacional, como observado anteriormente. Funcionando como “língua de todos”, o português possibilita a comunicação entre indivíduos provenientes de diferentes grupos étnicos e linguísticos, garantindo a intercompreensão num espaço multilíngue.

A consolidação do português como língua de maior prestígio em Angola deve-se, em grande medida, à sua multifuncionalidade institucional e social, nomeadamente o seu uso. Efetivamente, como observa Miguel (2014), a língua portuguesa foi gradualmente assumindo um lugar de destaque face às demais línguas nacionais, impondo-se como veículo principal de comunicação formal e informal em múltiplos domínios: na administração pública, na educação, nos meios de comunicação social, nas forças armadas e no sistema jurídico. Essa centralidade conferiu-lhe um estatuto de língua de mobilidade social e de integração, sendo amplamente percecionada como chave para o sucesso académico e profissional.

Este fenómeno gerou consequências importantes no plano das atitudes linguísticas, entre as quais se destaca a crescente desvalorização das línguas nacionais africanas, muitas das quais acabam por ser relegadas ao uso doméstico e comunitário. Como resultado, um número significativo de cidadãos angolanos não reconhece o valor funcional destas línguas e, consequentemente, não manifesta interesse na sua aprendizagem ou na transmissão às gerações mais jovens. O português, assim, não apenas se impôs como língua hegemónica no espaço público e institucional, mas também moldou perceções sociais que associam as línguas nacionais a esferas de menor prestígio e utilidade prática. Esta hegemonia tem vindo a contribuir para um processo contínuo de deslocamento linguístico, particularmente evidente entre os jovens urbanos, que frequentemente têm o português como única língua ativa de comunicação.

A escola desempenha um papel central na difusão e consolidação do português como língua de instrução e comunicação formal em Angola. Desde o período pós-independência, o sistema educativo tem sido um dos principais vectores de expansão do português, especialmente em

contextos em que esta língua não é adquirida no seio familiar. Para muitas crianças angolanas, particularmente nas zonas rurais ou em comunidades onde predominam línguas nacionais como o umbundu, kimbundu ou kikongo, a escolarização representa o primeiro contacto estruturado com o português, assumido como língua de ensino e de aprendizagem de todos os conteúdos curriculares (Domingos & Mendes, 2021). Este facto levanta desafios pedagógicos, uma vez que o ensino é, muitas vezes, ministrado numa língua que os alunos não dominam plenamente. A ausência de um modelo de educação bilingue eficaz agrava estas dificuldades, reforçando a perceção do português como a única via de acesso ao saber formal, à mobilidade social e à cidadania plena.

A formação de professores tem procurado responder a esta realidade, com um reforço progressivo das competências linguísticas e pedagógicas dos docentes, sobretudo nas instituições de formação superior. A escola angolana constitui não apenas um espaço de reprodução da norma linguística, mas também um lugar de transformação e negociação da língua, onde se definem usos legítimos e se constroem identidades linguísticas, culturais e sociais.

A emergência do português de Angola como variedade específica tem, assim, estreita relação com os usos reais da língua na escola e nas interações quotidianas entre docentes e discentes. Trata-se de uma variedade que vai sendo moldada pelas práticas comunicativas dos falantes, frequentemente bilingues ou multilingues, e pela progressiva normatização de estruturas morfossintáticas e lexicais distintas da norma europeia (Barros, 2002; Carrasco, 1988).

#### **4. CONCLUSÕES**

Em Angola, o domínio da língua portuguesa é, tradicionalmente, aferido em função da conformidade com a norma-padrão europeia, cuja difusão se verifica, sobretudo, através do sistema de ensino formal. A escola, enquanto agente de socialização linguística, privilegia essa norma como modelo de correção e prestígio, apresentando-a como o ideal a alcançar pelos falantes. No entanto, a prática linguística quotidiana revela uma discrepância significativa entre a norma prescrita e o uso real da língua por parte dos estudantes e da população em geral. A oralidade e a produção escrita de muitos alunos angolanos divergem amplamente das construções normativas ensinadas em sala de aula, o que gera um sentimento generalizado de frustração.

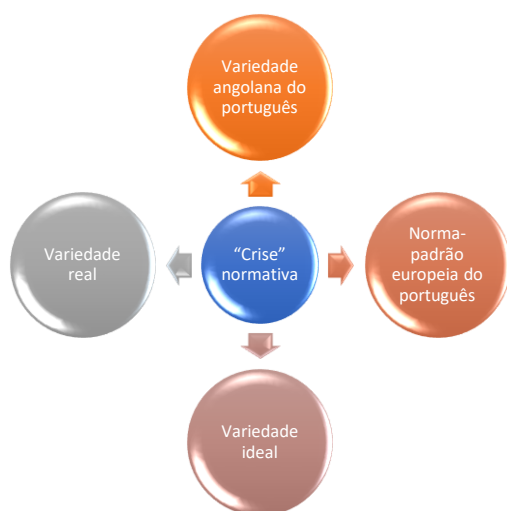
Por um lado, os professores lamentam a aparente ineficácia do seu trabalho pedagógico, já que os estudantes não assimilam integralmente as regras gramaticais impostas. Por outro lado, os próprios alunos experienciam sentimentos de inadequação e de fracasso, por não conseguirem dominar um modelo linguístico distante da sua realidade linguística e cultural. Esta tensão é marcada pela dissonância entre o ideal linguístico (a norma europeia) e o real linguístico (a variedade angolana em uso), entre o normativo e o normal.

A imposição de uma norma exógena, descontextualizada e historicamente associada a um passado colonial, mostra-se, hoje, não apenas ineficaz, mas também utópica. A superação deste estado implica, com urgência, a reconfiguração do papel da norma linguística no contexto angolano e o reconhecimento da legitimidade do português de Angola enquanto variedade emergente, moldada pelas especificidades sociolinguísticas e culturais do país. Tal reconhecimento requer uma política linguística coerente, sustentada por dados empíricos e estudos linguísticos atualizados. A normalização do português de Angola — entendida como a

elaboração de uma norma endógena, funcional e aceite socialmente — deverá basear-se, em primeiro lugar, em descrições linguísticas rigorosas e sistemáticas da variedade em uso. A produção de estudos descritivos, como os apresentados neste artigo, ancorados nas práticas reais dos falantes, poderá constituir o ponto de partida para a construção progressiva de uma gramática normativa nacional, capaz de orientar o ensino e a aprendizagem de forma mais realista, eficaz e inclusiva.

Esta abordagem permitiria, por fim, alinhar os objetivos educativos com a realidade sociolinguística do país, promovendo uma educação linguística mais equitativa e culturalmente sensível, enquanto se preserva a identidade linguística nacional.

Imagem 1: Representação gráfica da “crise” normativa



Fonte: Elaboração própria da autora

Angola é um país essencialmente multilingue, com mais de vinte línguas bantu e khoisan a conviver com línguas europeias e asiáticas. Neste contexto, o português tornou-se a única língua oficial e de escolarização, o que impõe importantes desafios pedagógicos. Em sala de aula, a coexistência de alunos com o português como L1 e L2 torna o ensino complexo, pois metodologias e materiais pedagógicos deveriam ser diferenciados; além disso, as línguas nacionais africanas geram interferências constantes no português de Angola falado e escrito, exigindo do professor uma atualização didática permanente. Por esta razão, especialistas afirmam que os processos de planificação e normalização linguística devem ser sensíveis à realidade sociohistórica, sociocultural e sociolinguística angolana. Em particular, sublinha-se a urgência de uma política de Estado inclusiva, capaz de legitimar efetivamente as línguas nacionais e promover a justiça social no acesso à educação. Na prática, porém, as políticas oficiais tendem a reforçar um modelo escolar monolinguê herdado do passado colonial, oficializando o ensino unicamente em português e silenciando a diversidade linguística local. Essa ambivalência alimenta percepções divergentes sobre o português em Angola: enquanto alguns o veem como reflexo de um modelo político-administrativo colonial, outros valorizam-no como elemento de unidade nacional e instrumento de mobilidade social, gerando tensões entre falantes e académicos que defendem o prestígio do património linguístico bantu e de outras línguas autóctones. Por conseguinte, o desafio consiste em articular o ensino e a normatização

do português de forma a integrar, em vez de suprimir, as variedades regionais e as línguas nacionais de Angola, atendendo ao seu contexto histórico e cultural específico.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adriano, P. S. (2014). *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola: Divergências em relação à norma europeia* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas. <http://hdl.handle.net/10174/11802>
- Armindo, V. (2020). *O contributo do kimbundu no português em Angola (aspectos lexicais)* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].
- Barros, A. (2002). *A situação do português em Angola*. Luanda: Instituto Nacional de Línguas.
- Bento, C. (2010). *Contributos para uma caracterização linguística do luandense*. Luanda: Instituto Nacional de Línguas.
- Canhinguquine, J. L. (2022). *Relações semânticas das conjunções “e”, “mas”, “portanto” e “quando” em textos de opinião de alunos universitários angolanos* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].
- Carrasco, A. (1988). *Subsídios para o estabelecimento da norma do português em Angola*. Luanda: Instituto Nacional de Línguas.
- Costa, A. (2006). *Ruturas estruturais do português e línguas bantu em Angola*. Luanda: Instituto Nacional de Línguas.
- Costa, T. (2013) *Os Empréstimos das Línguas Bantu no Português Falado em Angola*. Luanda: Edição de Autor.
- Domingos, J., & Mendes, A. (2021). Educação e política linguística em Angola: Desafios e perspectivas. *Revista Lusófona de Educação*, 51(2), 115–132. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle51.02.07>
- Eduardo, A. A. (2019). *Aquisição do português língua segunda no contexto da escola angolana: Perspetivas para a normalização do português falado em Angola* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].
- Ganga, J. G. (2022). *O pretérito perfeito e imperfeito do indicativo: Contributo para o estudo do verbo em Angola* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].
- Marçalo, M. J., Adriano, P., & Nhaturve, D. (2013). A oferta formativa em Português Língua Não Materna e a Língua Portuguesa em Angola, Moçambique e Timor Leste. In M. J. Marçalo (Ed.), *Semiótica, linguística e tecnologias da linguagem* (pp. 239–295). Rio de Janeiro: Dialogarts.
- Miguel, A. J. (2019). *Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no português oral de Luanda* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/37919>
- Miguel, M. H. (2014) *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*. Luanda: Mayamba Editora.
- Mingas, A. A. (2000). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda* (1.<sup>a</sup> ed.). Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Nauege, J. M. (2018). *Da norma à variação: Estudo de caso sobre o uso do conjuntivo no português de Angola, especificidades no ensino superior* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].
- Pascoal, D. (2025). *Para um estudo dos quimbundismos no português de Angola: Contribuições lexicológicas e lexicográficas* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].



- Pessela, J. D. (2024). *As construções dativas no português angolano* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/159326>
- Pinto, H. K. C. (2020). *Avaliação do nível de proficiência linguística: Um estudo de caso com estudantes da disciplina de Português II do Curso Regular ESPB* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].
- Sassuco, D. P. (2016). 13 pistas essenciais para um português de Angola. In *Kadila: Culturas e ambientes – Diálogos Brasil-Angola* (Vol. 1, pp. 199–218). São Paulo: Blucher. <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/pistas-essenciais-para-um-portugues-de-angola-20162>
- Silva, A. K. (2020). *Formas de tratamento no português de Angola: Estudo sociolinguístico* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].
- Silva, A. A. (2024). Análise dos conteúdos de Língua (Gramática) nos programas e manuais de Língua Portuguesa do Ensino Primário angolano. *Dedica. Revista de Educação e Humanidades*, 22, 315–343. <https://doi.org/10.30827/dreh.22.2024.29867>
- Silva, J. (2021). *Operadores de sequencialização do discurso: Estudo de caso nos relatórios de fim de curso no Instituto Médio Politécnico Pascoal Luvualu* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].
- Silveira, J. (2022). *Subsídios para o estudo da toponímia angolana: A formação dos adjetivos pátrios e gentílicos* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].
- Simões, L. P. (2020). A educação multilingue em Angola: Potencialidades e desafios. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 36(1), 59–75.
- Souza, P., & Sacalembé, J. (2024). Políticas linguísticas em Angola: O silenciamento das línguas nacionais. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, 18, 337–360. <https://doi.org/10.47456/rctl.v18i41.45391>
- Suelela, D. J. L. (2019). Complementação finita no português de Angola: Para uma gramática da frase. *Confluência*, 2(53).
- Suelela, D. J. L. (2019). *Complementação finita no português de Angola: Para uma gramática da frase* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].
- Undolo, M. E. da S. (2015). *Caracterização da norma do português em Angola* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas. <http://hdl.handle.net/10174/20820>